



COMPETÊNCIA CRIMINAL

13ª edição: Revista, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA





Nesta obra, abordaremos os principais **aspectos** de um dos temas mais complexos do Processo Penal, a **competência criminal**. Assim como em outros assuntos, a constante **atualização legislativa, doutrinária e jurisprudencial** se mostra fundamental.



Sumário

Título I - DISPOSIÇÕES GERAIS	09
Capítulo I - CONCEITOS PRELIMINARES	09
1. Jurisdição	09
2. Competência	09
3. Ajustes terminológicos	09
Capítulo II - JURISDIÇÃO	09
1. Princípios	09
2. Características da jurisdição	10
Capítulo III - COMPETÊNCIA	11
1. Estruturação do tema	11
2. Espécies de competência	11
Título II - COMPETÊNCIA MATERIAL	12
Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS	12
1. Conceito	12
2. Critérios legais de determinação da competência	12
3. Classificação doutrinária dos critérios	12
Seção 1 – Critérios principais	12
1. Identificação dos critérios principais	12
2. Ordem das etapas de verificação dos critérios	13
3. Etapas	13
Seção 2 – Critérios secundários	14
Seção 3 - Critérios supletivos (ou complementares)	14
1. Critério alternativo	14
2. Critério facultativo	14
Seção 4 - Competência absoluta e competência relativa	14
1. Origem da classificação	14
2. Reconhecimento <i>ex officio</i>	14
3. Súmula 160 do STF	14
4. Competência absoluta	14
5. Competência relativa	15
Seção 5 - Tribunal Penal Internacional	16
1. Previsão	16
2. Jurisdição complementar ou subsidiária	16
3. Competência <i>ratione materiae</i>	16
4. Competência <i>ratione temporis</i>	16
5. Competência <i>ratione personae</i>	16
Capítulo II - COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA PRERROGATIVA DE FUNÇÃO	16
Seção 1 - Disposições gerais	16
1. Primeira etapa de verificação	16
2. Fundamento legal	16
3. Finalidade	16
4. Competência absoluta	17
5. Afronta ao princípio da isonomia?	17
6. Prevalência do critério funcional sobre o material e o territorial	17

7. Prerrogativa exclusiva na esfera criminal.....	17
8. Investigação e indiciamento.....	17
9. Descabimento do duplo grau de jurisdição.....	17
Seção 2 - Prerrogativa de função	17
1. Razão de ser	17
2. Origem normativa	17
3. Marcos.....	18
4. Manutenção da prerrogativa após a cessação do cargo	18
4.1 Regra da contemporaneidade e regra da atualidade	18
4.2 Súmulas da Suprema Corte acerca do tema.....	18
4.3 Lei 10.628/2002.....	18
4.4 Manifestações jurisprudenciais	19
4.5 Linha cronológica.....	19
5. Descabimento do foro por prerrogativa de função em ação de improbidade administrativa	20
Seção 3 - Competência dos Órgãos Jurisdicionais e dos Órgãos Políticos	20
Subseção 1 - Disposições gerais	20
1. Esclarecimento inicial acerca dos <i>crimes de responsabilidade</i>	20
2. Julgamento.....	20
3. Procedimento originário dos Tribunais.....	20
Subseção 2 - Competência dos Órgãos Jurisdicionais.....	20
Tópico 1 - Supremo Tribunal Federal.....	20
1. Competência originária	20
2. Orientações sumuladas que merecem atenção	21
Tópico 2 - Superior Tribunal de Justiça	21
Tópico 3 - Tribunais Regionais Federais.....	22
Tópico 4 - Tribunais Regionais Eleitorais.....	22
Tópico 5 - Tribunais de Justiça dos Estados e do DF	22
Subseção 3 - Competência dos Órgãos Políticos.....	22
1. Senado Federal.....	22
2. Tribunal Especial	23
3. Câmara Municipal	23
Seção 4 - Detentores de Prerrogativa de Função	23
Subseção 1 - Paralelismo constitucional ou princípio da simetria	23
Subseção 2 - Parlamentares	24
1. Deputados Federais e Senadores	24
2. Deputados estaduais.....	24
3. Vereadores	24
Subseção 3 - Chefes do Executivo	24
1. Presidente e Vice-Presidente da República.....	24
2. Governador e Vice-Governador	24
3. Prefeito	24
Subseção 4 - Magistrados e membros do MP.....	25
1. Previsão da competência originária	25
2. Princípio da vinculação.....	25
3. Natureza da infração penal	25
4. Ressalva constitucional	25
5. Ausência de hierarquia entre TRFs e TJS	25

Subseção 5 - Concurso de pessoas no contexto da prerrogativa de função	25
1. Regra processual	25
2. Formulação do problema	26
3. Posição do STF	26
4. Hipóteses e soluções	26
Seção 5 - Casos Específicos	27
1. Prerrogativa de função e competência do Tribunal do Júri	27
2. Prerrogativa de função e exceção da verdade	27
3. Quadro sinótico	28
Capítulo III - COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA	29
Seção 1 - Disposições gerais	29
1. Segunda etapa de verificação	29
2. Fundamento legal	29
3. Finalidade	29
4. Competência absoluta	29
Seção 2 - Justiça Especial	30
Subseção 1 - Justiça Eleitoral	30
1. Fundamento	30
2. Competência material	30
3. Recursos Extraordinário e Especial	30
Subseção 2 - Justiça Militar	31
1. Fundamento	31
2. Critérios de definição da competência militar	31
2.1 Competência da Justiça Militar quanto à <i>matéria (ratione materiae)</i>	31
2.1.1 Infrações penais	31
2.1.2 Ações judiciais contra atos disciplinares militares	33
2.1.3 Atos de improbidade administrativo	33
2.2 Competência da Justiça Militar quanto ao <i>acusado (ratione personae)</i> : Depende da situação, nos seguintes termos	33
2.3 Competência da Justiça Militar quanto ao lugar (<i>ratione loci</i>)	34
3. Competência para a execução penal	34
Seção 3 - Justiça Comum	34
Subseção 1 - Justiça Federal	34
Subseção 1.1 - Disposições Gerais	34
1. Esclarecimento inicial	34
2. Estrutura da Justiça Federal	34
3. Terminologia forense	34
Subseção 1.2 - Tribunais Regionais Federais	35
1. Competência	35
2. Conflito de competência	35
3. Organização Judiciária	35
Subseção 1.3 - Juízes Federais	35
1. Previsão constitucional	35
2. Classificação	35
Tópico 1. Crimes em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas (art. 109, IV, 2ª parte, CRFB)	36
1. Competência genérica	36
2. Ressalvas constitucionais	36

3. Entes e órgãos contemplados na competência federal	36
4. Entes e órgãos <i>não</i> contemplados na competência federal	36
5. Situação <i>sui generis</i> das agências do Correio	37
6. “Bens”, “serviços” ou “interesses”	37
7. A questão da competência para crimes ambientais	37
8. A questão da competência para os crimes de terrorismo	38
Tópico 2. Crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente (art. 109, V, CRFB)	38
1. Requisitos constitucionais	38
2. Casuísticas	38
Tópico 3. Causas relativas a direitos humanos a que se refere o §5º deste artigo (art. 109, V-A, CRFB)	39
1. Incidente de deslocamento de competência (IDC)	39
2. Requisitos para a federalização	39
3. Competência	40
Tópico 4. Crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira (art. 109, VI, CRFB)	40
1. Crimes contra a organização do trabalho	40
2. Crimes contra o Sistema Financeiro e contra a ordem econômico-financeira	40
Tópico 5. Hábeas-cópus, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição (art. 109, VII, CRFB)	41
Tópico 6. Mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos Tribunais Federais (art. 109, VIII, CRFB)	41
Tópico 7. Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar (art. 109, IX, CRFB)	42
1. Ressalvas constitucionais	42
2. Pressuposto	42
3. Porte do navio e da aeronave	42
Tópico 8. Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro (art. 109, X, CRFB)	42
Tópico 9. Disputa sobre direitos indígenas (art. 109, XI, CRFB)	42
1. Direitos indígenas	42
2. Súmula 140 do STJ	42
3. Terras indígenas	42
Subseção 2 - Justiça Estadual	43
1. Critério da exclusão	43
2. Subdivisão funcional da Justiça Comum	43
Subseção 3 - Tribunal do Júri	43
1. Previsão constitucional	43
2. Competência material	43
3. Orientações jurisprudenciais do STF	44
4. Competência do Júri Federal	44
Subseção 4 - Juizados	44
Subseção 4.1 - Juizado Especial Criminal	44
1. Previsão constitucional	44
2. Regulamentação	44
3. Competência	44
4. Competência do Juizado Especial Federal Criminal	45
5. Causas de exclusão <i>ab initio</i> da competência do JECrim	45

6. Causas de modificação da competência do JECrim	45
Subseção 4.2 - Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	46
1. Previsão constitucional	46
2. Regulamentação	46
3. Competência material do JVDJM.....	46
4. Inaplicabilidade da lei 9.099/1995	46
5. Federalização	46
6. Crime doloso contra a vida	46
7. Competência recursal	46
Subseção 5 - Juízo de Execução Penal	47
1. Previsão.....	47
2. Competência	47
Subseção 6 - Formação de Colegiado de 1º grau	47
1. Previsão.....	47
2. Razão de ser da lei e sua finalidade	47
3. Juiz “sem rosto” – distinção.....	47
4. Competência material.....	47
Subseção 7 - Disposições Finais	47
1. Prevalência da Justiça Federal sobre a Justiça Estadual	47
2. A questão da competência para o julgamento do crime de genocídio	48
2.1 Considerações sobre o genocídio.....	48
2.2 Competência de juiz singular ou do Júri?	48
2.3 Competência da Justiça Federal ou da Justiça Estadual?	49
Capítulo IV - Competência em Razão do Lugar	49
Seção 1 - Disposições gerais	49
1. Terceira etapa de verificação	49
2. Finalidade.....	49
3. Terminologia forense	49
4. Critérios legais.....	49
5. Competência relativa	50
Seção 2 - Competência pelo lugar da infração	50
Subseção 1 - Critérios gerais	50
1. Disposição legal.....	50
2. Crime consumado	50
3. Crime tentado	54
Subseção 2 - Critérios subsidiários	54
1. Disposição legal.....	54
2. Lugar da infração desconhecido	54
3. Crime de ação privada	55
Capítulo IV - CRITÉRIOS SECUNDÁRIOS DE DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA	55
Seção 1 - Disposições gerais	55
1. Critérios secundários.....	55
2. Fundamento.....	55
3. Modificação de competência.....	55
4. Ressalvas	55
5. Efeitos	55
6. Regras para determinar a competência prevalente em caso de conexão e continência	56
6.1 Jurisdições de categorias diversas.....	56

6.2 Jurisdições de mesma categoria	56
7. Separação de processos	56
8. Perpetuação da competência	57
9. Quadro comparativo	58
Seção 2 - Conexão	58
1. Configuração	58
2. Espécies de conexão	58
Seção 3 - Continência	59
1. Configuração	59
2. Espécies de continência	59
Seção 4 - Prevenção	60
1. Origem do vocábulo	60
2. Previsão	60
3. Configuração	60
4. Hipóteses legais	60
5. Prevenção nos Tribunais Superiores	61
6. Nulidade relativa	61
7. Impacto do Juiz das Garantias	61
Seção 5 - Distribuição	61
1. Previsão constitucional	61
2. Regulamentação processual	61
3. Exceções	62
4. Distribuição por dependência	62
5. Nulidade relativa	62
Título III - COMPETÊNCIA FUNCIONAL	63
Capítulo I - Disposições gerais	63
1. Conceito	63
2. Estruturação da competência funcional	63
Seção 1 - Competência funcional horizontal	63
1. Definição	63
2. Objeto do juízo	63
Seção 2 - Competência funcional vertical	63
1. Definição	63
2. Competência para solução de conflito de jurisdição	64
Obras consultadas e/ou citadas	65